

PLENÁRIO

plenario@redetribuna.com.br

Perda rejeição das contas de Coser

O Ministério Público de Contas emitiu parecer pela rejeição das contas de 2012 do ex-prefeito de Vitória João Coser.

O parecer apontou que o ex-prefeito – hoje secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento e com pressões de disputar a Prefeitura de Vitória no ano que vem – teria contraído dívidas, nos últimos oito meses de mandato, no valor de R\$ 53.919.764,21 sem ter deixado dinheiro em caixa.

O processo já foi para a relatoria – o relator é o conselheiro José Antônio Pimentel – e deve ser julgado em breve pelo plenário do Tribunal de Contas.

Após o julgamento, as contas do petista seguem para a análise da Câmara de Vitória, que dá a palavra final. Se as contas forem rejeitadas, o petista pode ficar ineligível por até oito anos. Em viagem, Coser não foi localizado para comentar.

Perdido de vista

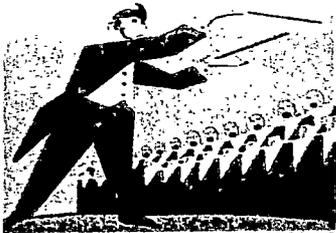
No meio jurídico, o pedido de vista do ministro do STF Gilmar Mendes para analisar a constitucionalidade da doação de empresários a campanhas eleitorais ganhou um apelido: perdido de vista.

Isso porque a Adin, proposta pela AB, hiberna na gaveta do ministro desde abril de 2014, embora o STF li-nite em 30 dias a sua análise.

Corte no ponto

Após duas sessões esvaziadas, o vereador da Serra Gideão Svensson protocolou ontem pedido para que a presidência corte o ponto – R\$ 575 por dia ausente – dos parlamentares que registram presença e vão embora, sem participar das votações.

A manobra tem sido usada com frequência na Câmara e, segundo o vereador, por questões políticas.



Coral parlamentar

É injusto dizer que a semana na Assembleia foi improdutivo e que os deputados estaduais não aprovaram nada. Na verdade, eles assinaram, na sessão de quarta-feira, convênio entre a Casa e a Faculdade de Música do Espírito Santo que vai ceder um professor para ensinar o coral da Assembleia.

Grupo fiscaliza os royalties

Um grupo formado por advogados, contadores, empresários e consultores estão se reunindo para fiscalizar a aplicação dos recursos dos royalties de petróleo em municípios do Sul do Estado.

O Pró-Royalties, como foi batizado, se reúne semanalmente e, além de fiscalizar, o grupo também discute ações de combate à corrupção e controle dos recursos públicos e faz denúncias.

Engenheiro ganha 80% a mais que professor

Levantamento do Ipea com base no mercado de trabalho para quem tem ensino superior – 15% da população ocupada –, mostra que a desigualdade nos salários é elevada. Segundo a pesquisa, quem tem curso superior recebe até três vezes mais que outros trabalhadores, mas os da área de Engenharia recebem 80% a mais que os da Educação. Graduados em Humanas e Artes têm maior chance de atuarem em áreas diferentes de sua formação.

MICARETA

Organizadores do protesto contra Dilma no próximo domingo estão convocando os manifestantes para ensaiar a “dança do impeachment”. Ontem o ensaio foi no centro de Vitória e hoje será na entrada da 3ª Ponte.

ÔNIBUS ROSA

Entre os dias 3 e 7, 111 mulheres vítimas de violência foram atendidas pelo Ônibus Rosa da Justiça.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O deputado José Carlos Nunes faz

prestação de contas do 1º semestre do mandato amanhã, às 9h, na Fecomércio, em Bento Ferreira, Vitória.

FRONTE PARLAMENTAR

O deputado Helder Salomão participa hoje do lançamento da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas da Câmara de Cariacica.

PROTESTO

Com servidores do Judiciário Federal do Estado viajam para Brasília na próxima terça, para pedir a derrubada do veto de Dilma ao reajuste da classe.



“Apesar de prestar serviço importante, o aumento é descabido, fora de hora e na contramão da opinião pública”

Bruno Lamas (PSB), deputado estadual



“Qualquer projeto que não seja para repor a inflação é descabido. Não se deveria aumentar gastos”

Sérgio Majeski (PSDB), deputado estadual

PODER JUDICIÁRIO

Deputados são contra aumento para juizes

Parlamentares fizeram críticas ao reajuste de 16,38% aos ministros do Supremo, que irá causar “efeito cascata” no Espírito Santo

Pedro Callegario

O aumento de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que causará o chamado “efeito cascata” nos vencimentos de toda a magistratura, foi criticado pelos deputados estaduais capixabas.

De acordo com a proposta aprovada no STF e que será enviada ao Congresso, o salário dos ministros deve subir de R\$ 33.763 para R\$ 39.293,28 em 2016.

No Estado, os desembargadores passariam a receber R\$ 35.462,18 em vez de R\$ 30.471,11. O impacto nos cofres estaduais, se somados magistratura e membros do Ministério Público, considerando o salário dos 12 meses e o 13º, supera os R\$ 40 milhões no ano.

O deputado Sérgio Majeski (PSDB) criticou o aumento acima da inflação. “Os Três Poderes devem ser os primeiros a dar o exemplo. Não se pode aumentar gasto, se não for urgente”, pontuou.

O tucano lembrou que na própria Assembleia Legislativa tramita projeto que prevê a criação de 26 cargos comissionados para atender as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Bruno Lamas (PSB) reforçou o discurso contra o aumento: “Apesar de o Judiciário prestar um serviço importante para o País, o au-

mento é descabido, fora de hora e na contramão da opinião pública.”

O deputado Josias da Vitória (PDT) endossou posicionamento contrário ao reajuste: “O momento não está para isso. Temos de ter reflexão. É necessário que não se crie despesas até que passe esse cenário de crise econômica. O Poder Judiciário tem sua independência financeira, mas cria diferença com os demais servidores, como os do Executivo, que não pode dar um reajuste desse.”

Para o deputado Rafael Favatto (PEN), o aumento no Judiciário só deveria ser concedido se acarretasse em aumento no repasse no valor para o Poder: “Não sou contra aumento em nenhuma categoria. Mas tem de ser avaliado se o Estado tem condições de bancar.”

O Tribunal de Justiça não quis comentar o possível aumento.

OS DEBENEFICIADOS

Gratificações para ambos os poderes

Magistrados

- > SALÁRIOS: R\$ 30.471,11 (desembargadores); R\$ 28.947,55 (juizes); e R\$ 27.424 (juizes-substitutos).
- > SE APROVADO o aumento, os salários passarão a ser de: R\$ 35.462,18 (desembargadores); R\$ 33.689,07 (juizes); e R\$ 31.915,96 (juizes-substitutos).
- > ATUALMENTE são 27 desembargadores, 289 juizes titulares e 30 juizes substitutos.

- > AUXÍLIO-MORADIA: R\$ 4.377.
- > AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO: R\$ 1.679.
- > PLANO DE SAÚDE: R\$ 11.518 anuais.
- > AUXÍLIO-MUDANÇA: R\$ 25.260.
- > CARRÃO com motorista (para cada desembargador).
- > FÉRIAS: 60 dias.
- > LICENÇA-PREMIO: 90 dias a cada cinco anos.

Deputados estaduais
> SALÁRIO: R\$ 25.322,25

- > MANUTENÇÃO do gabinete: R\$ 78 mil para utilizar com impressões, telefonia, papelaria, selos, gasolina, hospedagem, entre outros.
- > COTA PARA contratação de assessores: R\$ 64.267. Cada deputado pode contratar até 18 assessores.
- > CARRÃO OFICIAL: R\$ 2.100 é o valor do aluguel mensal.

Fonte: Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e pesquisa A Tribuna.